



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE GEOGRAFIA - FG**

DIEGO COSTA DA SILVA

**O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

**MARABÁ, PARÁ
AGOSTO/2017**

DIEGO COSTA DA SILVA

**O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

**MARABÁ-PARÁ
AGOSTO/2017**

DIEGO COSTA DA SILVA

**O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura e bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito ao grau de Licenciado e Bacharel em Geografia.

Conceito: _____

Banca Examinadora

Prof^o. Me. Abraão Levi dos Santos Mascarenhas
(UNIFESSPA- FAC - GEOGRAFIA)
Orientador

Prof^a. Esp. Ana Lenira Nunes Cysne de Souza
(UNIFESSPA- FAC - GEOGRAFIA)

Prof^o. Me. Gabriel Renan Neves Barros
(UNIFESSPA- FAC - GEOGRAFIA)

MARABÁ-PARÁ
AGOSTO/2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Silva, Diego Costa da

O trabalho de campo no ensino de Geografia na educação básica / Diego Costa da Silva; orientador, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas. — 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2017.

1. Geografia (Ensino fundamental) – Estudo e ensino. 2. Geografia - Metodologia. 3. Geografia - Pesquisa. 4. Paisagens- Metodologia – Estudo e ensino. I. Mascarenhas, Abraão Levi dos Santos, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 910.7

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira
Bibliotecária-Documentalista CRB2/583

DEDICATÓRIA

À minha família: Que sempre esteve comigo me incentivando à conitunar a caminhada na busca por conhecimentos.

AGREDECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado esta oportunidade tendo me abençoado durante toda a minha vida.

A minha família, em especial minha esposa Michelaine e meu filho Davi, por fazerem parte da minha vida, por suportarem e compreenderem as ausências nesses cinco anos de graduação.

Ao meu orientador, Professor Mse Abraão Levi Mascarenhas, pela disponibilidade e profissionalismo prestado na orientação desta etapa tão importante da vida.

À minha mãe, Celene pelas lições de vida que me orientou durante toda trajetória da minha vida pessoal.

Agradeço a Instituição UNIFESSPA, por me proporcionar a oportunidade de cursar Geografia nesta tão conceituada instituição de ensino.

Agradeço também aos Professores da Faculdade de Geografia, pela ajuda nessa fase da minha vida e por me guiar nos primeiros passos rumo à produção científica.

Aos amigos de sala que pelo convívio e amizade nestes cinco anos de graduação.

Que a inspiração chegue não depende de mim.
A única coisa que posso fazer é garantir que
ela me encontre trabalhando. (Pablo Picasso).

SILVA, D. C. da. O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, 2017.

Resumo

Este trabalho tem por finalidade abordar a temática do trabalho de campo no ensino de Geografia enfocando a categoria de análise da Paisagem, abordando o conhecimento geográfico e sua interação professor/aluno como proposta de ensino/aprendizagem na educação básica. Considerando a percepção das diferentes paisagens e fatores contribuintes de suas transformações e sua relação espaço/tempo. Neste sentido, o estudo da paisagem surge como uma ferramenta capaz de contribuir para a melhoria da qualidade da educação e indicador da necessidade de novas propostas metodológicas no ensino de Geografia. A concepção de aula de campo segundo Martinez e Leme (2007) que considera como um meio para que o aluno passe a desenvolver capacidade de compreender, organizar, sistematizar, explicar e produzir conhecimentos. Para SERPA (2006) esta metodologia serve de construção de conhecimentos, que não significa a volta ao empirismo. Neste trabalho propomos aula de campo como proposta metodológica de ensino de Geografia, um exemplo será para o sexto ano do ensino fundamental em uma sala de 30 alunos, trabalho a ser desenvolvido no dia a dia escolar na educação básica. Esta proposta não é meramente para sair da rotina da sala de aula tradicional, mas contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes, com percepção na contextualização não só do ambiente em que está diretamente inserido, mas relacioná-lo com a totalidade. A metodologia da aula de campo pode contribuir de forma substancial no processo de ensino/aprendizagem, percebendo as constantes transformações da paisagem como resultado das múltiplas relações humanas. Após a aula de campo se faz necessário retomar em sala convencional o assunto abordado, como forma de avaliação do aprendizado, propondo mudanças na forma de aplicação da avaliação. O processo avaliativo deve ser percebido como algo facilitador da aprendizagem e aproximação do aluno com o conteúdo discutido, seja conteúdo trabalhado em sala ou aula no campo. A avaliação deve ser concebida no ensino como um processo de aproximação e mediação na busca de agregação de conhecimentos que são produzidos no ambiente escolar, não desconsiderando os conhecimentos adquiridos na vivência do dia a dia. A finalidade da aula de campo é tornar essa abordagem, facilitadora da apreensão de conhecimentos e alfabetização na leitura do espaço geográfico. Esperamos resultados que contribuam de forma produtiva de informações e conhecimentos na aproximação do aluno com a realidade que o envolve e, sobretudo como sujeito participe das transformações do espaço.

Palavras chave: Aula de campo. Ensino. Paisagem. Educação básica.

SILVA, D. C. da. O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Conclusion Work Undergraduate Geography – Federal University of Pará South and Southeast – of Marabá, 2017.

Abstract

This work has as objective the field work in geography teaching focusing on the Landscape analysis category, addressing geographic knowledge and its teacher / student interaction as a teaching / learning proposal in basic education. Considering the perception of the different landscapes and contributing factors of their transformations and their relation space / time. In this sense, the landscape study emerges as a tool capable of contributing to the improvement of the quality of education and an indicator of the need for new methodological proposals in the teaching of Geography. The conception of a field class according to Martinez and Leme (2007) which considers as a means for the student to develop the capacity to understand, organize, systematize, explain and produce knowledge. For SERPA (2006) this methodology serves as knowledge construction, which does not mean a return to empiricism. In this work we propose a field lesson as a methodological proposal of geography teaching, an example will be for the sixth year of elementary school in a room of 30 students, work to be developed in the day to day school in basic education. This proposal is not merely to get out of the routine of the traditional classroom, but to contribute to the formation of critical and conscious citizens, with a perception in the contextualization not only of the environment in which it is directly inserted, but to relate it to the totality. The methodology of the field lesson can contribute substantially to the process of teaching learning, perceiving the constant transformations of the landscape as a result of multiple human relations. After the field class, it is necessary to retake in the conventional classroom the subject addressed, as a form of evaluation of the learning, proposing changes in the form of application of the evaluation. The evaluation process should be perceived as facilitating the student's learning and approach to the content discussed, whether it is content in the classroom or in the field. The evaluation should be conceived in the teaching as a process of approximation and mediation in the search of aggregation of knowledge that is produced in the school environment, not ignoring the knowledge acquired in the daily life experience. The purpose of the field class is to make this approach, facilitating the apprehension of knowledge and literacy in the reading of the geographic space. We expect results that contribute in a productive way of information and knowledge in the approximation of the student with the reality that surrounds him and, especially as a subject, participates in the transformations of space.

Key words: Field class. Teaching. Landscape. Base education.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|--------------------------------------|
| Figura 1 Representação de uma bacia hidrográfica com sua hierarquia fluvial | 26 |
| Figura 2 Forma primitiva de orientação/sem recursos materiais. Adaptação do Autor, (2017) | 29 |
| Figura 3 Paisagens com aspectos naturais as margens do rio Itacaiúnas - Marabá/PA..... | 36 |
| Figura 4 Paisagem com aspectos naturais entardecer no rio Tocantins - Marabá/PA..... | 36 |
| Figura 5 Paisagem cultural/antrópica no núcleo urbano bairro Novo Horizonte – Marabá/PA | Erro! Indicador não definido. |
| Figura 6 Paisagem cultural/antrópica no Porto das Canoinhas bairro Amapá – Marabá/PA | 37 |
| Figura 7 imagem no plano horizontal do Estádio Zinho Oliveira | 38 |
| Figura 8 imagem no plano oblíqua do Estádio Zinho Oliveira | 39 |
| Figura 9 imagem no plano vertical do bairro Francisco Coelho e confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins. | 39 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| Objetivo Geral | 13 |
| Objetivos Específicos | 13 |
| METODOLOGIA | 13 |
| CAPÍTULO 1 | 15 |
| 1 O TRABALHO DE CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA | 15 |
| CAPÍTULO 2 | 20 |
| 2 O CONCEITO DE PAISAGEM NAS AULAS DE GEOGRAFIA | 20 |
| 2.1 PAISAGENS URBANAS E RURAIS | 21 |
| 2.2 FUNÇÕES DA PAISAGEM | 23 |
| 2.3 PROPOSTA DE DISCUSSÃO NA AULA DE CAMPO E ABORDAGEM CONCEITUAL..... | 24 |
| 2.3.1 Hierarquia Fluvial | 25 |
| 2.3.2 Características dos Rios | 26 |
| 2.3.3 A Importância dos Rios | 27 |
| 2.4 LUGAR E LOCALIZAÇÃO: ORIENTAÇÃO PARA A AULA DE CAMPO | 28 |
| CAPÍTULO 3 | 31 |
| 3 A AULA DE CAMPO COMO PROPOSTA METODOLÓGICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA PARA O SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL | 31 |
| 3.1 PLANEJAMENTO DA AULA DE CAMPO | 31 |
| 3.1.2 Atividades de Campo | 34 |
| 3.2 CONCEITO DE PAISAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL..... | 34 |
| PAISAGENS NATURAIS E ANTRÓPICAS..... | 35 |
| 3.3A PAISAGEM E O PONTO DE VISTA DO OBSERVADOR | 37 |
| 3.4.1 Visões horizontal, vertical e oblíqua | 38 |
| 3.4A AULA DE CAMPO E O PROCESSO AVALIATIVO | 40 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| ANEXO A - Plano de Aula de campo | 48 |

INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos a educação vem passando por transformações que visam à melhoria da qualidade do ensino, seja com uso de novas tecnologias que favoreçam a compreensão ou na correlação com as demais ciências na busca da interdisciplinaridade. Essas transformações no trato do ensino/aprendizagem têm buscado a aproximação da teoria e a prática, relacionando a procedimentos e objetivos que o professor através de uma relação que possibilite a discussão sobre o conhecimento geográfico.

Os métodos de consulta à natureza através de investigações científicas, como principal forma de se apropriar dos conhecimentos do espaço geográfico eram trabalhados já na Geografia moderna com o naturalista e viajante Humboldt, um dos maiores nomes da Geografia moderna. Não devendo ser percebida ou concebida como mera observação e ilustração, mas a análise dos fenômenos dispostos no espaço geográfico. Este, a partir do estudo de diferentes regiões analisava os fenômenos e suas características naturais, dessa forma verificava as similaridades e diferenças entre regiões e suas transformações no espaço.

O entendimento do espaço se processa à medida que o indivíduo estabelece relações com o meio e percebe suas diferenças, não ficando apenas no abstrato, mas identificando as transformações muitas vezes complexas. Na medida em que determinados indivíduos e/ou grupos tem contato mais próximo, convivem experiências, se começa a adquirir significados, a realidade se “aproxima”, com uma nova forma de perceber o espaço e suas relações, esse envolvimento se torna harmônico na interação homem e meio ambiente.

Com linguagem acessível é possível trabalharmos as categorias lugar e localização como forma facilitadora de se perceber o espaço geográfico. A partir do conceito de lugar associando ao sentimento de pertencimento a determinado espaço e sua localização que faz parte da leitura do espaço geográfico. Cada lugar possuindo características próprias dos elementos naturais e/ou antrópicos que os diferenciam dos demais.

Nesta proposta metodológica o professor deve está relacionando as transformações da paisagem com a realidade vivida pelos alunos, pois o principal motivo das transformações realizadas pelos seres humanos na paisagem se dá pelo processo de ocupação dos espaços geográficos, que nos dias atuais vem ocorrendo de forma acelerada em virtude do nosso modelo de produção e reprodução do espaço. Considerando que a natureza desempenha

inúmeras funções básicas para suprir as necessidades do ser humano, e que as transformações antrópicas estão provocando impactos catastróficos aos sistemas naturais, comprometendo sua conservação. É imprescindível um planejamento que considere as potencialidades da natureza, ou seja, seus limites para o uso e suas possibilidades de fornecimentos de recursos aos seres humanos que, portanto, considere as funções da natureza na transformação da paisagem. É indispensável trazer à realidade do aluno dentro da aula de campo essas transformações que o homem provoca a paisagem, bem como sua relação com o meio ambiente.

Com base na perspectiva dos estudos da paisagem, lançamos nossa proposta como uma importante ferramenta não somente de reflexão, mas, sobretudo, de ação no ambiente escolar. Dessa forma estão estruturados os objetivos do presente trabalho, que se divide em três etapas: O primeiro capítulo aborda de forma geral a ‘aula de campo’ e sua importância para o ensino de Geografia, despertando nos alunos não apenas a perspectiva descritiva, mas a compreensão da complexidade que se desenvolve no espaço geográfico. O segundo capítulo está pautado no conceito de Paisagem para pensar as aulas de Geografia possibilitando abordagens diversas a partir da discussão do conceito e sua relação com a realidade. No terceiro capítulo a abordagem está pautada na proposta de aula de campo no ensino de Geografia para o sexto ano do ensino fundamental e logo após, as considerações finais.

Podemos considerar os principais objetivos da Geografia na escola na educação básica é auxiliar o educando na compreensão das transformações sócioespaciais que ele mesmo vivencia e nem sempre compreende, mas com o entendimento das transformações tanto na natureza quanto na sociedade o aluno se tornará esclarecido e terá argumentos para discutir de forma coerente. Os professores devem estar cientes desta tarefa. Para que ele tenha pensamento crítico, deve ser orientado e esclarecido desde séries iniciais. Dessa forma, quando chegar a níveis posteriores não encare como algo inconcebível ou de difícil assimilação.

A aula de campo como instrumento de diálogo da teoria com a prática, com discussão conceitual a respeito da necessidade do conhecimento geográfico sobre Lugar e Localização voltados para a aula de campo. Dada à devida fundamentação teórica ao mesmo, longe de ser concebido como mera visita turística, mas contribuir na construção do embasamento teórico, junto à análise e coleta de dados indispensáveis a produção de novos conhecimentos.

O processo avaliativo deve ser repassado como algo facilitador da aprendizagem e aproximação do aluno com o conteúdo discutido seja conteúdo trabalhado em sala ou aula no campo conforme Both (2012). A metodologia da aula de campo pode contribuir de forma substancial no processo de ensino aprendizagem, percebendo as constantes transformações da paisagem como resultado das múltiplas relações humanas.

Objetivo Geral

Este trabalho tem por objetivos a abordagem temática da aula de campo no ensino de Geografia enfocando o conceito de Paisagem e a interação professor/aluno como proposta de ensino/aprendizagem na educação básica.

Objetivos Específicos

1. A partir do conceito de paisagem discutir sua aplicação na aula de campo no ensino de Geografia;
2. Compreender a espacialização dos fenômenos geográficos bem como as ações humanas sobre a paisagem sobre diferentes pontos de vista do observador;
3. Propor uma aula de campo que faça relação entre os valores sociais e a transformação da paisagem aproximando a sua realidade local.
4. Discutir o conceito de lugar na proposta da aula de campo.

METODOLOGIA

A partir levantamento bibliográfico e análise conceitual, foram discutidos conceitos da geografia empregadas no ensino na aula de campo, com destaque a Paisagem, bem como a proposta metodológica da aprendizagem através de uma aula de campo para o sexto ano do ensino fundamental. Sendo apresentados conceitos de aula de campo e sua aplicação no ensino da educação básica.

Para melhor compreensão da temática foram analisados conceitos de paisagem abordados em livros didáticos do sexto ano, trazendo uma abordagem didática do conceito de

paisagem, o primeiro foi **Expedições geográficas** / Melhem Adas, Sergio Adas (2015). Este livro aborda a discussão do conceito de paisagem sob uma linguagem de simples compreensão para o ensino fundamental. Inicialmente utilizam o conceito de paisagem de Milton Santos, em que a 'paisagem é aquilo que a nossa visão alcança, tudo o que está presente no espaço, não a penas a natureza, mas também os elementos criados pelo ser humano'. Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca (SANTOS, 1988).

Neste conceito é feita uma abordagem de junção dos elementos que compõem a paisagem, criando assim uma conclusão de que não é apenas algo agradável de ser contemplar e nem tão pouco apenas o que é produzido pela natureza.

Algo que deve ser apresentado aos alunos com relação à paisagem, ela não é estática, ou seja, sofre alterações tanto naturais quanto antrópicas, isso depende das ações da natureza e sua localização no espaço geográfico. Na análise dos conceitos dos livros didáticos foram apresentadas perspectivas da paisagem a partir do ponto de vista do observador segundo Adas (2015).

O segundo livro didático do 6º ano analisado foi do autor Igor Moreira, (**Construindo o espaço humano**). O autor trabalha paisagem na perspectiva das formas, das paisagens.

Desse modo aula de campo é um instrumento didático e não deve ser baseado apenas a um processo empírico, mas buscar a relação teoria e prática e, sobretudo com o objetivo de ensino aprendizagem no contexto escolar.

O autor trabalha paisagem na perspectiva das formas, onde destaca a percepção visual do que contemplamos como as terras e as águas apresentam suas formas e o que significam para a vida das pessoas (MOREIRA, 2002). A concepção trabalhada pode ser um recurso a ser trabalhado na aula de campo, como forma de perceber a representação dos aspectos necessários para a compreensão de mundo e o modo como vemos o espaço geográfico com suas múltiplas dinâmicas paisagísticas.

A proposta surgiu em virtude do próprio objeto de estudo da Geografia de forma interdisciplinar na análise do espaço geográfico, possibilitando a aproximação do seu espaço de vivência contextualizando com escalas mais amplas.

1 O TRABALHO DE CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Perceber o aluno como sujeito que participe da construção social, com sua visão de mundo, com seus conceitos e observações diferenciadas, são pontos a serem considerados pelo professor. A ciência geográfica deve proporcionar meios na reflexão sobre o espaço contemporâneo, sua inserção e participação em novas leituras de escalas, tanto local quanto global. É um grande desafio a prática da aula expositiva e dialogada na sala tradicional, é um modelo indispensável, porém outras metodologias podem ser inseridas de forma intercaladas.

A proposta de aulas de campo no ensino de geografia na educação básica poderá despertar nos alunos não apenas a perspectiva descritiva, mas a compreensão da complexidade que se desenvolve no espaço geográfico. Assim, não deve ser vista pelos alunos ou/e professores como uma “fuga” da rotina da sala de aula, mas deve ser algo que tenha metas e objetivos traçados antes da saída de campo, qual objeto será analisado e/ou comparado buscando uma reflexão do que se contempla.

O trabalho de campo desempenha na prática educativa quatro funções: *Ilustrativa*, cujo objetivo é ilustrar os vários conceitos vistos nas salas de aula; *motivadora*, onde o objetivo é motivar o aluno a estudar determinado tema; *treinadora*, que visa a orientar a execução de uma habilidade técnica; e *geradora de problemas*, que visa orientar o aluno para resolver ou propor um problema (CAMPIONI; CARNEIRO, 1993, p. 90). (grifos dos autores).

Segundo os autores Campiani e Carneiro (1993) o trabalho exerce funções importantes no processo de ensino aprendizagem, quando dão ênfase nas funções *ilustrativa, motivadora, treinadora e geradora de problemas*. Estas funções desempenham papéis no desenvolvimento do aprendizado ao aluno, a contemplação a ser observada servirá como motivação para treinar a criatividade na geração ou resolução de problemas. Estas questões devem ser apresentadas na etapa do planejamento para a aula de campo.

Existem discussões sobre a validade científica do trabalho de campo na Geografia, no sentido da construção do conhecimento científico, pois a preocupação é de que o mesmo torna-se meramente um processo empírico de conhecer (MARTINEZ; LEME, 2007). Não desconsiderando o conhecimento empírico, este pode estabelecer relações entre o senso comum e o conhecimento científico, pois o contato, a experimentação do objeto de pesquisa é necessária. Segundo Alentejano e Rocha-Leão, (2006) o trabalho de campo na Geografia foi ‘negado’, a radicalização crítica ao empirismo dominante na Geografia tradicional levou a

uma negação da validade do trabalho de campo como instrumento de construção do pensamento geográfico, devido à ênfase dada à teoria.

Martinez e Leme (2007) considera o trabalho de campo como um meio para que o aluno passe a desenvolver a capacidade de compreender, organizar, sistematizar, explicar e produzir conhecimento, neste caso, ele é meramente um instrumento, não um fim em si mesmo.

O trabalho de campo na Geografia não significa pregar a volta ao empirismo descolado da perspectiva de teorização, ao contrário, conceitos, teorias e procedimentos metodológicos devem constituir uma unidade orgânica e coerente no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa dos geógrafos. (SERPA, 2006, p. 21).

Com metodologia definida, o professor enquanto mediador estabelece meios para que o aluno produza conhecimentos através da prática do trabalho de campo. Para Kaiser (2006) o espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele nada mais é que um dos elementos do sistema social. Notamos que enquanto o sujeito participa das relações sociais, ele é elemento componente desse sistema, desse espaço vivido, pois visa acima de tudo o seu desenvolvimento como cidadão consciente inserido dentro de um ambiente de aprendizagem e socialização. Esta é uma etapa em que o aluno está passando por um processo de amadurecimento crítico da realidade, pois é a base para seguir outras etapas do ensino. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Tendo como princípio o professor, 'formar' cidadãos para o exercício de cidadania, contribuindo na conscientização dos jovens, no que tange ao uso responsável dos recursos naturais de forma sustentável e o respeito mútuo com as pessoas formando assim uma sociedade mais justa. Ser cidadão, porém, não significa somente lutar por direitos. Lutar por um mundo cidadão implica em cumprir com os deveres pelo qual somos incumbidos dentro da nossa sociedade, do nosso lugar de vivência, nosso meio de ação (FALCÃO; PEREIRA, 2009).

A orientação cidadã no âmbito do ensino, o aluno passa a vê o mundo sob uma perspectiva igualitária e mais justa, tanto nas relações sociais quanto socioambientais. A prática da aula de campo já abrange uma série de elementos que compõem a paisagem e será analisada de acordo com os objetivos do plano de aula. A análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles (KAISER, 2006).

Para que as saídas de campo sejam mais proveitosas é preciso um planejamento prévio sobre os possíveis fenômenos a serem observados e estudados, com estudo prévio do local a ser feito o trabalho, verificar inclusive condições de clima e tempo para a data da aula.

Vale ressaltar que o objeto de estudo diz muito quanto à metodologia a ser adotada na prática de campo, se é só observação, descrição, comparação e/ou coleta de dados e/ou materiais. Acreditamos que a aula de campo deveria fazer da grade montada por equipe pedagógica e os professores dentro de cada área de conhecimento.

A questão do ensino de geografia não é apenas passar o conhecimento tendo o aluno como receptor, mas fazer com que o aluno reflita e a partir da reflexão comece a entender as mudanças que o mundo passa de forma constante, essa iniciativa é relevante no ensino na educação básica.

Não quer dizer que não se deve fazer uso do livro didático, este deverá ser utilizado como suporte e auxílio na teoria para se trabalhar na prática o assunto estudado, sejam quais forem às dimensões; sociais, culturais, naturais dos elementos geográficos que seja possível manter esse contato prático.

A aula de campo não necessariamente deverá ser distante da escola fazendo-se necessária a utilização de meio de transporte e maior logística, mas dependendo do objeto de estudo, até uma caminhada nas proximidades da escola se transforma em um aprendizado inesquecível.

Se tratando da hidrografia e relevo como exemplo, a aproximação a um rio ou uma planície, já poderiam ser esclarecidas muitas dúvidas dos alunos. Como se dá o direcionamento da corrente, qual a participação do relevo na ação natural dos cursos d'água, a importância de manter preservado, não retirarem a vegetação das margens da Área de Preservação Permanente (APP), evitar jogar lixos nos cursos d'água, medidas minimizadoras de assoreamento, a educação ambiental a população que vive na área entre outras problemáticas. Estas abordagens já serviriam como ponto de partida para entender muitos outros fatores, a ocupação próxima aos cursos d'água, as inundações no período de chuvas, dentre outros.

Os estudos mais aprofundados dessas problemáticas já provocariam pensamentos e formação de opiniões, que com a ajuda do professor poderiam ser amadurecidas, servindo até mesmo como precursores na produção de conhecimento e propostas viáveis de ocupação e uso do solo. A importância do trabalho de campo é indispensável no sentido de que é lá no 'campo' que o aluno se depara com a realidade e as problemáticas completamente distintas daquelas colocadas/levantadas em sala de aula, seja qual for à disciplina. Muitas vezes na sala

de aula a forma como a problemática é abordada nos impede de compreendermos um determinado fenômeno ou de enxergarmos uma determinada realidade que nem sempre temos noção através de livros didáticos, vídeos ou que ouvimos alguém falar e que frequentemente não se comprovam por experiência própria.

É viável o uso de produtos de sensoriamento remoto e cartografia nas aulas antes da saída de campo para que o aluno se oriente geograficamente, com imagens de satélites, cartas, mapas, até mesmo da própria escola, do bairro, da cidade. Dependendo dos objetivos a serem buscados, com isso os alunos vão estar mais envolvidos nas atividades e acompanhando o processo do avanço tecnológico servindo também como forma de inclusão. Estes procedimentos, etapas, meios e materiais são necessários no planejamento da aula de campo. Para Stefanello (2012) no campo, porém, o ser humano, dotado de sentidos, capta as informações usando os sensores além da visão: o aluno poderá ver, cheirar, tocar, ouvir. Desse modo, são elementos a mais que irão contribuir para a apreensão de conhecimentos.

A aula de campo é recebida como algo prazeroso, só em está saindo do ambiente ‘tradicional’ da sala de aula, não que esta não seja importante, mas a atividade extraclasse deve ser encarada como uma proposta de conhecer algo mais e acima de tudo partir da reflexão da paisagem em análise.

A didática no ambiente escolar e o domínio dos conteúdos são elementos primordiais para um bom aproveitamento dos alunos. Portanto para termos um bom aproveitamento é necessário planejarmos as atividades a serem desenvolvidas, evitando improvisos e adaptações que venham deixar exposta a deficiência no planejamento. A aula de campo contribui sobre maneira para o bom aproveitamento do ensino de Geografia, pois assim o aluno estará em contato direto com a natureza e as relações e interações que ocorrem entre si, bem como poder perceber sobre um olhar crítico sobre as transformações que ocorrem no espaço.

Para Callai (2001) o que não pode acontecer é se impedir o professor de pensar alternativas, de escolher ou de criar. Desse modo, cada professor conhece sua sala e conseqüentemente as necessidades de aprendizado de cada aluno, baseado nessas informações ele tem capacidade de aplicar trabalhos que desenvolvam a capacidade do aluno e suprimindo a necessidade no aprendizado.

Desse modo, a aula de campo no ensino de geografia poderá trazer um novo olhar do educando no processo de aprendizagem, contribuindo para uma educação de qualidade.

A proposta da aula de campo a partir paisagem é uma abordagem a ser destacada nessa metodologia de ensino, devido ter estreita relação e grande importância no percurso entre a sociedade e a natureza.

2 O CONCEITO DE PAISAGEM NAS AULAS DE GEOGRAFIA

O conceito de paisagem possui diferentes concepções filosóficas e científicas de acordo com o ponto de vista de cada teórico, é o que se percebe ao longo dos tempos nas pesquisas produzidas, para Serpa, (2006) a paisagem, termo surgido no século XIV nos Países Baixos, pode ser a chave para a resolução das ambiguidades no âmbito do trabalho de campo em Geografia. A Paisagem é uma categoria a ser discutida amplamente no ambiente escolar, pois esta tem estreita relação entre a sociedade e a natureza.

O geógrafo soviético Sotchava foi um dos mais importantes teóricos na utilização dessa categoria de estudo na Geografia. Segundo Sales (2004), as ideias de Sotchava chamam a atenção para as formações naturais da atualidade que experimentam o impacto de elementos sociais, econômicos e técnicos, modificando sua dinâmica natural peculiar. Essa concepção está atrelada conceitualmente na relação sociedade *versus* natureza, pois a primeira está em constante interação com a segunda.

Desde quando a Geografia buscava seu espaço enquanto Ciência já se discutia as suas variadas áreas de conhecimento, com isso ao longo dos tempos surgiu uma série de polêmicas envolvendo essa grande variedade de conteúdos e significados, que ao ser tratado pelas várias correntes da Geografia, foram moldadas cada uma de acordo com seu contexto histórico e cultural.

A paisagem emerge na análise geográfica carregada de simbolismo, sendo responsável pela constituição do imaginário social que atua na condução da ação dos atores sociais, ao mesmo tempo em que mediatiza a representação do território por estes mesmos atores. Neste sentido, a paisagem como categoria social é construída pelo imaginário coletivo, historicamente determinado, que lhe atribui uma determinada função social. (VITTE, 2007, p. 71).

Naturalmente a paisagem já exerce sua função, à medida que a sociedade se apropria e a modifica essa paisagem, apenas mudou na sua estrutura e a percepção por parte do observador.

As diferenciações paisagísticas observadas por ele deveriam permitir entender as leis que regem a fisionomia do conjunto da natureza. A modificação e transformação da paisagem pelas atividades humanas subordinam-se, em primeira instância, às normas da interação entre a Natureza e a Sociedade. Estas têm, antes de tudo, um caráter dialético e complexo (RODRIGUEZ *et al.*, 2004).

O geógrafo francês Georges Bertrand tem grande contribuição na concepção da paisagem dentro da Geografia. Esse autor trabalha a categoria paisagem a partir da taxonomia com dominância física, com unidades elementares de classificação. A unidade da paisagem é, portanto, incontestável. Ela resulta da combinação local e única de todos esses atores (sistema de declive, clima, rocha, manto de decomposição hidrologia das vertentes) e de uma dinâmica comum (BERTRAND, 1971) Este autor elaborou um conceito de paisagem no seu trabalho Geografia física global, que é um dos mais citados e discutidos entre os que estudam este termo/conceito.

A paisagem não é um simples agregado de elementos geográficos. “É, em determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portando instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 1971 p. 141).

A categoria de paisagem têm propósitos levar a sociedade a refletir sobre as formas de apropriação da natureza, visto que é impossível não fazer esta relação, devido aos grandes desafios da atualidade em viver de forma equilibrada entre o uso dos recursos naturais e sua manutenção em condições mínimas de proteção.

Estas são questões que devem ser apresentadas no contexto escolar, de modo que o estudo da paisagem seja trabalhado nesse contexto na aula de campo. Vale ressaltar a importância da abordagem das múltiplas paisagens, como as urbanas e rurais que são importantes no processo de ensino no âmbito escolar.

2.1 PAISAGENS URBANAS E RURAIS

Não apenas a Geografia tem buscado a discussão sobre paisagem urbana e rural, outras áreas de conhecimento como a Sociologia e Economia tem reavaliado esse debate. Para tratarmos deste assunto temos que pensar o que caracteriza essas paisagens, que condicionantes são necessárias para classifica-las? Para Bispo e Mendes (2012) a diferença do tamanho das comunidades e as atividades da sociedade rural requererem uma extensão maior em terreno para se desenvolverem, torna-se difícil a concentração dos agricultores em grandes comunidades com muitos milhares de habitantes. A concentração da população é questão a ser discutida na diferenciação da paisagem urbana e rural.

Os estudos de paisagens urbanas e rurais, com toda a sua problemática, pode em grande parte ser desvendados pela observação direta dessas paisagens. Uma excursão a um sítio ou a alguma fazenda garantirá um contato direto com o solo, a vegetação e as formas de organização da produção. Muitas vezes cansamos nossos alunos com longos discursos sobre o valor e significado do centro histórico de uma cidade, quando uma simples visita, ensinando-os a observar suas referências básicas, identificando, revisitando a História, compreendendo a convivência do antigo e do novo, permitiria sua compreensão mais rápida. A aprendizagem, assim, se tornaria um momento de prazer. Nesse sentido, pela natureza do seu objeto de estudo, a Geografia está aberta a uma infinidade de recursos para a motivação do aluno. (BRASIL, 1998, p. 34).

A questão da paisagem urbana e rural não deve ser abordada apenas as diferenças no visual da paisagem, mas os sujeitos enquanto grupos sociais que tem suas relações no espaço, isso deve ficar claro aos alunos. O modo de vida dos habitantes do meio rural da região Nordeste não pode ser definido como padrão de vida para habitantes da área rural da região Sul do Brasil. Os fatores culturais e naturais condicionam o modo de vida mesmo em ambientes de zona rural.

Os costumes culturais são elementos que se diferenciam na paisagem urbana e rural, o moderno e o tradicional são percebidos, embora a tecnologia tenha avançado de forma exponencial nos últimos anos. Os meios de transporte com suas funções diferenciadas são elementos percebidos nessas paisagens.

Na paisagem urbana geralmente se percebe uma junção de construções, maior densidade demográfica e modos de vida diferenciados que vão condicionando uma paisagem com traços antrópicos mais contundentes. Têm-se as diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social. Os aglomerados sociais urbanos são marcados (no mesmo país e no mesmo período) por uma complexidade maior, manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social (BISPO; MENDES, 2012) Segundo esses dois autores as populações urbanas têm uma mobilidade territorial maior comparada com as das populações rurais. As paisagens se diferenciam à medida que a tecnologia se aproxima e vai mudando não só o aspecto visual, mas o modo de vida.

A paisagem urbana se diferencia por uma intensidade de luzes, oriundas das luzes dos faróis dos carros, dos postes de iluminação pública, dos luminosos, podendo ser percebida a quilômetros de distância. Na paisagem rural, as luzes encontram-se dispersas, quase isoladas, como estrelas solitárias. (BAGLI, 2006b *Apud* BISPO; MENDES, 2012 p. 18).

Estas questões devem ser abordadas no contexto da aula de campo, não apenas uma mera comparação, mas uma análise dos fatores que levaram a essa diferença na paisagem e no modo de vida das pessoas que habitam esses espaços. O estudo de formação das paisagens é

de extrema importância, uma vez que seus estudos analisam as modificações, da dinâmica da natureza bem como a interferência antrópica no espaço geográfico, trazer essa questão para a realidade do aluno é o foco principal dessa abordagem. A paisagem é transformada à medida que a sociedade se instala em determinado ponto do espaço geográfico.

Portanto, cabe trazer, dentro do ensino de Geografia, a paisagem para o universo do aluno, para o lugar vivido por ele, para os lugares cheios de simbolismo na sua cidade, os lugares herança dos diferentes regimes de acumulação, os lugares que de uma maneira ou de outra, influenciaram ou influenciam, a efetivação do viver a cidade. Isto é, que a paisagem seja um elemento conceitual que o ajude a compreender o mundo em que ele vive. Para tanto, o processo de ensino-aprendizagem deve estar baseado na reflexão e na contestação. (SILVEIRA; ARAÚJO, 2013 p. 66).

Neste sentido, o estudo da paisagem surge como um meio capaz de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na educação básica e (pós-estudo) como indicador da necessidade de mudanças no espaço. As paisagens urbanas e rurais não podem ser concebidas como partes isoladas uma das outras, mas espaços que se relacionam em diferentes modos de vida e funções da paisagem.

2.2 FUNÇÕES DA PAISAGEM

Dentre tantas discussões e propostas de uso da categoria paisagem, há teóricos que discutem também sua relação com as funções no espaço geográfico, vejamos algumas funções consideradas por (DE GROOT, 2006 *Apud* KROKER *et al.*, 2005) podem ser classificadas como:

Funções de Regulação: relata a capacidade dos ecossistemas naturais e seminaturais em regular os processos ecológicos essenciais e sistemas de suporte da vida, contribuindo para manutenção da saúde ambiental por fornecer ar, água e solo de boa qualidade.

Funções de Suporte: fornecimento de espaço, substrato ou meio para atividades humanas tais como habitação, cultivo e recreação.

Funções de Produção: a natureza fornece muitos recursos, para a alimentação e matéria-prima para a indústria, recursos energéticos e materiais genéticos.

Funções de Informação: ecossistemas naturais contribuem para uma saúde mental fornecendo: oportunidades de reflexão, enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo e experiências estéticas. (DE GROOT, 2006 *Apud* KROKER *et al.*, 2005, p. 03, grifos do autor).

Nesse sentido a análise das funções da paisagem seria interessante essa abordagem dentro do contexto escolar com o sua aplicabilidade nos diferentes fenômenos a serem estudados. Não apenas nas questões ambientais, mas todas as vertentes contempladas pela/na paisagem. A abordagem da categoria paisagem na aula de campo, seu conceito e suas funções devem está presentes desde o planejamento à execução para a aula de campo, servindo como subsídio teórico e complementação à prática da aula de campo, bem como a discussão em sala após a aula.

2.3 PROPOSTA DE DISCUSSÃO NA AULA DE CAMPO E ABORDAGEM CONCEITUAL

Ao longo dos tempos as populações procuraram se fixar às margens dos rios, principalmente pela facilidade de obtenção da água e como meio de obtenção de alimentos tantos do próprio rio quanto pela navegação para alcançar outras áreas, não sendo diferente o processo inicial de ocupação da Amazônia e não diferente as bacias Tocantins e do Itacaiúnas.

É necessária a discussão conceitual do tema hidrografia e paisagem nesse contexto, os conceitos de rios e bacia hidrográfica são obrigatórios nessa abordagem. Os Rios podem ser definidos como um amplo corpo de água em movimento, confinado em um canal, e o termo usado geralmente para indicar o principal tronco do sistema de drenagem (CUNHA, 2003). Nesta concepção de fácil compreensão o professor irá demonstrar à turma e associar na prática este conceito. Devem ser reconhecidos como estruturas ambientais extremamente importantes na construção da paisagem, pois representam valores ambientais e revelam valores culturais e estéticos, porém esta visão tem sido constantemente desconsiderada. (LOURENÇO, *et al.*, 2015). Os rios urbanos sofrem alterações na paisagem principalmente a partir dos impactos gerados pela urbanização desses espaços.

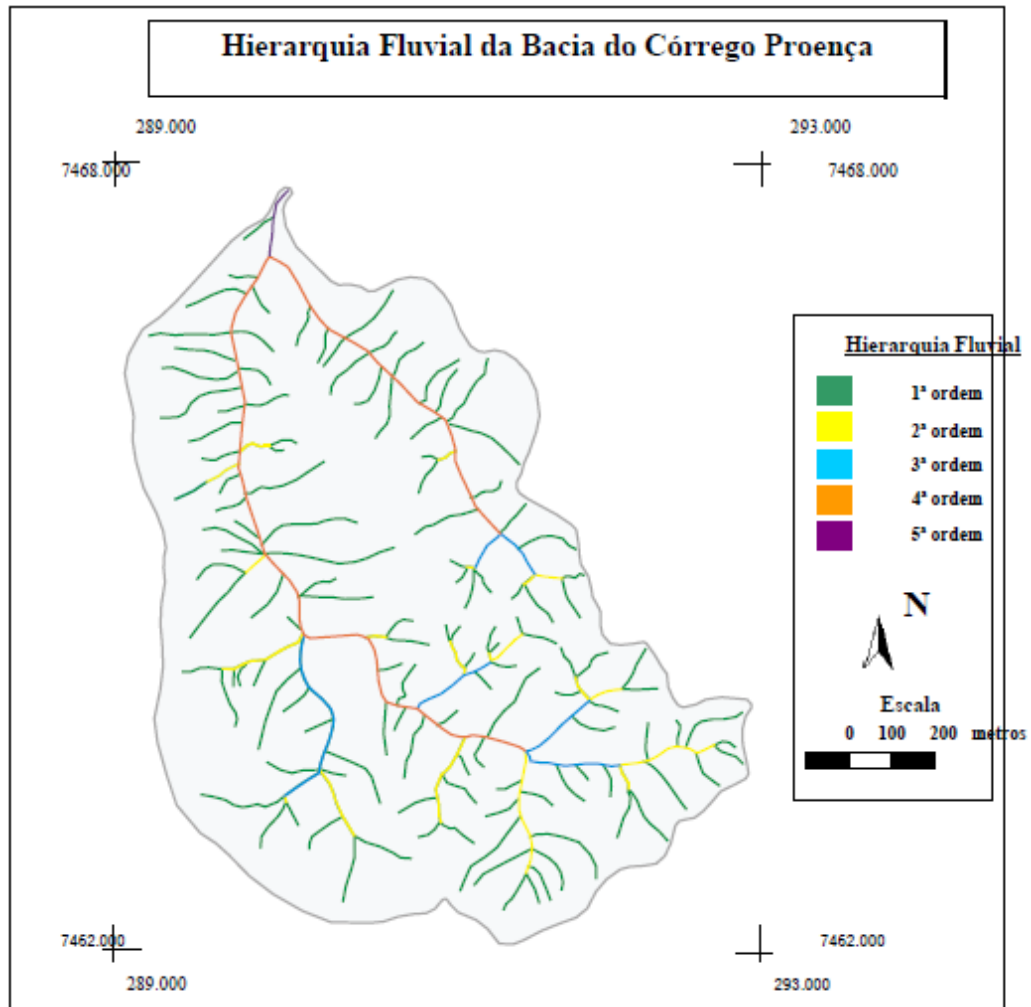
Dentro da temática dos recursos hídricos temos a questão da bacia hidrográfica com seu rio principal e seus afluentes que fazem parte de um sistema ambiental integrado, tendo esse sistema elementos que se interagem de forma dinâmica entre si. Os componentes da paisagem se diferenciam principalmente pela variação do relevo, as feições mudam e se definem, tornando uma paisagem única com seus atributos naturais em cada porção do espaço geográfico trabalhado por uma bacia hidrográfica.

De acordo com Guerra (1993), a bacia hidrográfica é o conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes. Dentro das bacias hidrográficas há sua hierarquia de acordo com o volume hídrico e a ordem em que se encontram cada afluente em direção o rio principal. A partir destes conceitos o entendimento é facilitado para a compreensão do conteúdo que será trabalhado na aula de campo.

2.3.1 Hierarquia Fluvial

A hierarquia fluvial é um conjunto de rios que seguem para um curso principal, cada um é identificado por sua posição em relação ao canal maior. Segundo Christofolletti (1980) a hierarquia fluvial consiste no processo de classificação de curso d'água (ou da área drenada que lhe pertence) no conjunto total da bacia hidrográfica na qual se encontra. A figura 1 está representando uma bacia de drenagem com os rios e suas respectivas ordens.

Figura 1 Representação de uma bacia hidrográfica com sua hierarquia fluvial



Fonte: (FILHO; VITTE, 2005) (Trabalho de gabinete).

A hierarquia fluvial está diretamente relacionada à questão do relevo, pois os rios nascem em lugares mais altos, logo seu corpo d'água é drenado para as áreas mais baixas do relevo onde se encontra com outro rio maior ou com o mar.

2.3.2 Características dos Rios

A classificação dos rios está relacionada à sua forma de escoamento da água, sua relação com o tempo e às questões climáticas, segundo Maltchik (1999).

Rios temporários ou intermitentes – são aqueles que têm fluxo apenas um período do ano, ou seja, secam nas épocas de estiagem. Alguns casos esse processo é natural devido a questão da escassez de chuvas onde o rio seca nesse período.

Rios perenes – são aqueles que mantêm seu fluxo o ano inteiro, ou seja, não têm o fluxo interrompido em nenhum período do ano. Esses rios são alimentados por nascentes perenes.

Quanto à forma: a depender da variação do relevo, existem dois tipos: os rios de planalto e os rios de planície.

Rios de planalto – são rios que costumam apresentar-se em áreas de relevo mais acentuado, possuindo um fluxo mais forte em razão dos muitos acidentes geográficos ao longo de seu percurso entre sua nascente e a sua foz.

Rios de planície – são rios que apresentam um curso mais regular, devido o relevo ser menos acentuado. Por isso, o fluxo de suas áreas não é rápido.

2.3.3 A Importância dos Rios

Sabe-se que os rios desde as primeiras civilizações foram cruciais para a sua organização em sociedade. Por diversos fatores as ocupações humanas iniciaram as margens dos rios, desde a navegação, obtenção de água e alimento ao uso de suas planícies no período de baixa dos níveis da água com o desenvolvimento da agricultura.

Nos dias atuais alguns rios estão envolvidos em conflitos entre povos em que o recurso hídrico é escasso, caso como a questão do rio Jordão entre Israel e a Palestina, no Oriente. Mas não distante da nossa realidade devemos expor em aulas dialogadas, e mostrar em campo a importância crucial dos recursos hídricos para a sociedade e para o meio ambiente, visto que são recursos esgotáveis e passivos da ação humana para sua diminuição, contaminação e destruição.

Percebe-se a interferência humana nas atividades de exploração dos recursos naturais que modificam a paisagem a ponto de muitas vezes tornar impossível sua regeneração, embora haja uma parcela da sociedade que tenta alertar sobre a importância dos rios para um equilíbrio entre a sociedade e a natureza.

Estes tópicos destacados são elementos a serem discutidos na aula de campo, pois fazem parte da paisagem que podemos perceber no espaço geográfico, devendo ser discutido também na sala de aula. Nessa abordagem sempre deve ser considerado o nível de maturidade da turma.

2.4 LUGAR E LOCALIZAÇÃO: ORIENTAÇÃO PARA A AULA DE CAMPO

A partir de uma linguagem acessível com clareza a luz dos alunos da educação básica é possível trabalharmos as categorias lugar e localização como forma facilitadora de perceber a paisagem e a compreensão espacial se localizando no meio em que vive. Segundo Lisboa (2007) a aprendizagem e assimilação dos conteúdos geográficos escolares passam pela identificação da presença dos conceitos no interior do assunto discutido e estudado e pela sua compreensão.

O conceito de lugar faz referência a uma realidade de escala local ou regional e pode estar associado a cada indivíduo ou grupo. O lugar pode ser entendido como a parte do espaço geográfico efetivamente apropriado para a vida, área onde se desenvolvem as atividades cotidianas ligadas à sobrevivência e às diversas relações estabelecidas pelos homens. (LISBOA, 2007, p. 29).

Sabe-se que o conceito de lugar está associado ao sentimento de pertencimento a determinado espaço, em que o indivíduo se identifica com as relações estabelecidas e suas características próprias de cada espaço. Além do espaço de vivência o lugar é o espaço das relações pessoais do dia a dia.

Cientes de que novas preocupações e sugestões metodológicas precisam ser consideradas, os alunos cumprem nas escolas, muitas vezes, uma série de atividades teóricas, conceituais e genéricas, que desconsideram o seu lugar, ou seja, sua realidade (SOUSA; CHIAPETTI, 2012). A aula de campo tem como proposta de aproximar e promover essa interação entre os alunos e o lugar a que pertencem e se sentem participantes das relações sociais. A discussão quanto às transformações e os modos de vida são formas de aproximação com a realidade local.

Quando se depara com o universo da realidade cultural, percebe-se que em muitas situações as características de alguns locais insistem em permanecer, não desaparecendo devido ao processo de globalização, e o conceito de lugar ajuda a compreender esta dinâmica. Os aspectos culturais adquirem importância quando se avalia o apego e a relação dos indivíduos com o seu lugar, parte do espaço geográfico com a qual os antepassados se relacionavam e a comunidade atualmente residente mantém relação direta. Ao se estudar o processo de globalização pode-se salientar que ele muitas vezes contribui para fortalecer uma identidade local ao invés de destruí-la. (LISBOA, 2007, p. 32).

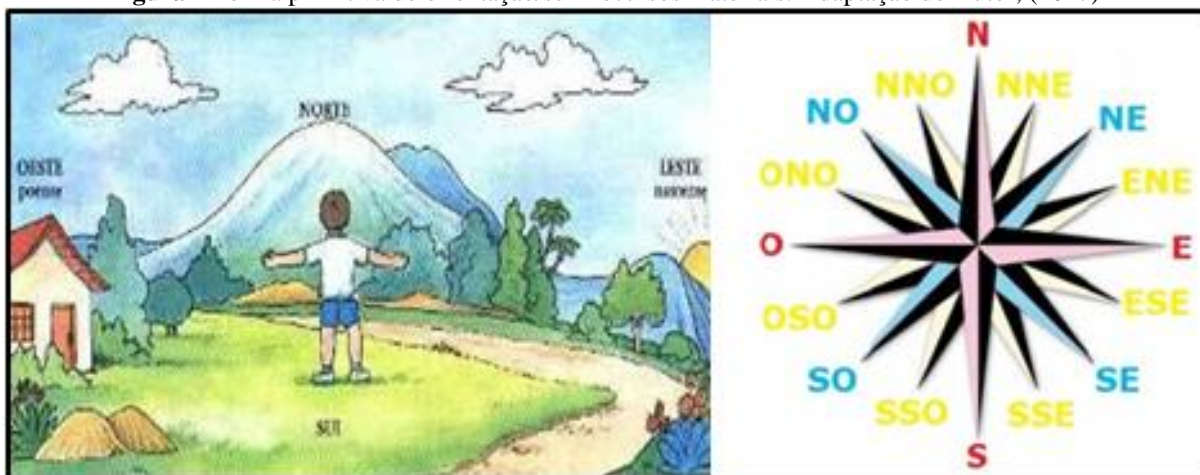
Percebe-se a importância conceitual para melhor compreendermos a prática das relações estabelecidas no lugar, as práticas, os costumes, as tradições e perceber a organização

atual do espaço, sabendo que se deu de forma dinâmica dentro de diversos aspectos que se relacionam no âmbito do pertencimento.

A localização faz parte leitura do espaço geográfico em que cada lugar possui características próprias dos elementos naturais e/ou antrópicos que os diferenciam dos demais. Segundo Francischett (2008) o conhecimento dos lugares dá-se mediante o entendimento de suas representações e do significado nelas contido. Ou seja, as representações originam-se a partir da necessidade de orientação, de localização, da comunicação e do interesse do homem. É indispensável a identificação dos pontos de referência que servem para se chegar a determinado lugar.

A localização está associada orientação espacial de um objeto em relação a outro. A localização mais precisa se faz com o uso de coordenadas geográficas através da latitude e longitude ligadas a um conjunto de elementos de um determinado espaço geográfico. A partir desses elementos temos a direção facilitando a orientação. A figura 2 mostra a orientação pelos astros, no caso o sol que nasce a leste, a partir da definição de um ponto já é o suficiente para definirmos nos demais portos cardeais e sucessivamente os colaterais.

Figura 2 Forma primitiva de orientação/som recursos materiais. Adaptação do Autor, (2017)



Fonte: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/orientacao-pelos-astros-estrelas.htm>

Esta é uma prática utilizada por pessoas principalmente do meio rural onde não têm acessos a meios/instrumentos de orientação geográfica, conhecimentos adquiridos ao longo dos tempos.

As coordenadas geográficas são linhas imaginárias: os paralelos e os meridianos. O cruzamento entre o paralelo e o meridiano de um lugar dará a sua localização exata na superfície terrestre. Os paralelos são linhas imaginárias que cortam o globo no sentido

Leste/Oeste no paralelos a linha do Equador. Os meridianos são linhas que cruzam o globo no sentido Norte/Sul.

Na aula de campo se torna útil o uso da bússola, instrumento de orientação que indica os pontos cardeais. Mesmo com o surgimento de tecnologias avançadas no decorrer dos tempos, a bússola ainda tem utilidade no sentido de orientação.

A rosa dos ventos indica os pontos cardeais, subcardeais e colaterais, empregando abreviaturas usadas internacionalmente. Os pontos colaterais são indicados como NNE, ENE, ESE, SSE, SSW, WSW, WNW e NNW. Estas informações podem ser usadas de forma prática na aula de campo, trazendo para a realidade do aluno apresentando pontos do seu cotidiano como referencia; escola, praça, igreja entre outros que o aluno perceba a espacialidade do lugar e sua localização.

Outra forma de orientação e localização mais primitiva se dá através dos astros e estrelas, tendo como principais referencias o sol, a lua e as constelações. Vamos nos basear apenas pelo sol, pois é o mais utilizado. Sendo necessário saber inicialmente apenas o nascente do sol, que é o leste, dessa forma estenderá o braço direito ao nascente (leste) o braço esquerdo ao poente (oeste) seu frontal estará o norte e atrás o sul. Com este simples procedimento é possível se orientar e conseqüente localização. Simples procedimentos na aula de campo na educação básica já são vistos e percebidos pelos alunos como algo inesquecível, a completude de um aprendizado teórico ao prático.

Com o avanço da tecnologia, hoje temos meios com precisão aferida para localização e orientação no espaço geográfico, como o uso do (GPS) Sistema de Posicionamento Global, a orientação por instrumentos conectados a uma rede de satélites artificiais que dão precisão na localização na superfície terrestre.

Dentro da temática do ensino aprendizagem da aula de campo esse assunto pode ser abordado até mesmo pra mostrar os avanços da tecnologia e sua importância nas tomadas de decisões, no contexto político. Faz-se necessário o esclarecimento já na educação básica sobre a importância conceitual e prática dos conceitos lugar e localização, sobretudo na preparação para a aula de campo.

3 A AULA DE CAMPO COMO PROPOSTA METODOLÓGICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA PARA O SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1 PLANEJAMENTO DA AULA DE CAMPO

O Trabalho de campo assim como todo projeto deve ser planejado e analisado com antecedência. Todo esse processo deve ser analisado com os objetivos que se desejam com a aula de campo. Para Sousa (2002) o planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra. Sabe-se que o planejar é indispensável em todas as áreas da vida cotidiana, não sendo diferente na preparação para a aula de campo.

A aula de campo ou trabalho de campo é uma prática fundamental para a compreensão do espaço geográfico, para aproximar o aluno da realidade e para que ele constate que aquilo que é trabalhado em sala de aula de fato existe no espaço, dando significado ao conteúdo. Como toda aula, o trabalho de campo necessita de um, planejamento. (STEFANELLO, 2012 p. 141).

A partir do plano de aula proposto com questionamentos produzidos pelo professor, irá se pensar o modo como se desenvolverá esse trabalho, que será dividido em etapas, do planejamento à prática da aula.

A primeira etapa do planejamento será a análise do conteúdo abordado, se encaixa com o trabalho de campo proposto. A partir de então se segue com a organização da saída, que precisa previamente ser reconhecido o local para relacioná-lo ao tema abordado, tomar conhecimento de questões climáticas, roteiro detalhado, outro fator importante é a questão da autorização dos responsáveis. É necessária uma análise de riscos de possíveis acidentes no campo, por se tratar de uma turma heterogênea do sexto ano.

A segunda etapa, podemos auxiliar na preparação do caderno de campo (instrumento de registro que servirá de apoio na pesquisa), promovendo a aprendizagem, com meios como: (entrevistas, fotografias etc.).

A terceira etapa do planejamento está voltada a orientação do comportamento dos alunos ao estarem em um espaço de aprendizagem fora do convencional. Deixar bem claro quanto à atenção aos aspectos essenciais ao trabalho.

O tema proposto na aula será a hidrografia do município de Marabá, o local da aula de campo será no bairro Francisco Coelho, comumente conhecido como “Cabelo Seco”, no Núcleo Marabá Pioneira, Marabá/PA, local de confluência dos principais rios do município,

Rio Tocantins e Rio Itacaiúnas que fazem parte da Bacia Hidrográfica Tocantins/Araguaia. Neste mesmo local serão contempladas diferentes paisagens, o núcleo urbano aglomerado e a própria confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins.

É importante ressaltar que o plano de aula faz parte do planejamento de atividades de uma determinada disciplina dentro do período letivo. Segundo Libâneo (1993) o plano de aula é um instrumento que sistematiza todos os conhecimentos, atividades e procedimentos que se pretende realizar numa determinada aula, tendo em vista o que se espera alcançar como objetivos junto aos alunos. O professor precisa considerar o grau de maturidade da turma e o nível de conhecimento de mundo, desse modo, traçar um perfil aproximado dos alunos, não se esquecendo do projeto pedagógico da escola.

A partir da reunião dessas informações já no planejamento, dessa forma, será desenvolvido um trabalho a contento e com maior possibilidade de alcançar os objetivos propostos.

A inserção das categorias da Geografia na aula de campo é uma proposta que deveria ser adotada desde os anos iniciais do ensino fundamental, pois assim aluno teria um contato mais cedo e além de conhecer teria um contato direto como; Paisagem, Espaço, Lugar e outras que fazem parte do nosso dia a dia.

Segundo Correia (1982) o espaço é associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior, assim temos uma porção de determinada superfície da terra que tem sua escala variada. Este conceito é ponto a ser discutido na aula de campo, pois as escalas envolvidas no espaço são fundamentais nessa abordagem.

A adoção da proposta auxiliaria o aluno na reflexão e na interpretação do que se vivencia na prática, produzindo seu próprio modo de conceber o que lhe rodeia, entendendo o espaço geográfico e suas produções e como a sociedade se apropria das suas produções e dos recursos naturais. A paisagem está presente dentro de um espaço geográfico que se estabelece relações sociais de poder, que podemos conceber como território, estas categorias estão relacionadas dentro da perspectiva de ações humanas sobre a natureza.

A aula de campo tem objetivos de acordo com o nível de complexidade do assunto e o grau de maturidade da turma. Reconhecer, comparar e interpretar os elementos naturais e sociais que compõem as paisagens urbanas e rurais com os processos dos mais simples aos mais complexos que compõem o espaço geográfico.

No caso proposto será o sexto ano do ensino fundamental, com uma turma de 30 alunos. A aula será no período matutino com previsão de saída da escola as 07h45min, sendo

necessário um ônibus para fazer a condução dos alunos e equipe de apoio. Além dos alunos se faz necessária a presença de um monitor e um componente da equipe pedagógica da escola. O tempo de percurso da escola ao campo será entre 15 e 20 minutos. A duração da aula será duas (2h/aulas) com previsão de termino as 10h00min.

A aula de campo deve proporcionar a busca pelo conhecimento, a metodologia está sendo proposta para que o aluno tenha sua criatividade aguçada na formação de conceitos e comece a apreender as problemáticas locais a partir do contato visual discutido no âmbito educacional. Se o aluno já no sexto ano, começar a ter contato com essa perspectiva de leitura da paisagem ele terá mais facilidade para conceber essas alterações quando chegar a séries e níveis posteriores. Não podemos conceber a aula de campo como um processo empírico, mas, sobretudo a produção do conhecimento concebido pelos sentidos humanos.

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Neste sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos. (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57).

Desse modo, o ensino de Geografia deixaria de ter uma abordagem descritiva e de constatações, mas uma ciência instigadora de discussões, em que o aluno está inserido como sujeito participante desse processo na sociedade.

A maioria dos geógrafos considera que o momento fundamental do fazer do geógrafo é o trabalho de campo, tanto no desenvolvimento de uma pesquisa, como na transmissão de conhecimento para outras pessoas, é reconhecido como instrumento de verificação e registro das mudanças nas paisagens. Também é necessário que haja espaço para a reflexão desde a teoria e o método até os procedimentos e técnicas utilizados. (CARVALHO, *et al.*, 2008, p. 04).

Percebe-se que o caráter investigativo na proposta de ensino se torna agradável e um meio de aproximação da realidade vivida. Diante de tantas alterações que vem ocorrendo no mundo na contemporaneidade, em diversos âmbitos; economia, política, ciência, a inserção da globalização, por que não propormos mudanças no âmbito educacional? De onde deve partir o interesse e incentivos em novas propostas de ensino? São questões que costumamos fazer, mas as ações no sentido de produzir algo que venha contribuir no processo de ensino aprendizagem de qualidade.

3.1.1 Atividades de Campo

A aula de campo terá início na Praça Francisco Coelho, do mesmo bairro, onde será feita uma breve discussão sobre paisagem natural e paisagem cultural. Em seguida será feita uma caminhada de aproximadamente 200m margeando o rio Tocantins até a confluência dos rios, onde será possível identificarmos inclusive a coloração das águas dos dois rios.

No percurso serão feitas (quatro) 04 paradas de 20 minutos para tratarmos do tema proposto, dos objetivos a serem alcançados e o registro da paisagem conforme plano de aula.

Os alunos farão uso de recurso fotográfico, onde farão registro das paisagens encontradas destacando as diferenças entre natural e cultural.

Farão uso de caderno de campo onde farão anotações pertinentes aos objetivos propostos; quanto à forma dos rios; sobre o transporte fluvial e sobre a questão turística local.

Observando a discussão da importância de não poluir os recursos hídricos e sua indispensável valorização devido ao abastecimento das populações urbanas.

3.2 O CONCEITO DE PAISAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Logo que se fala em paisagem, vem à mente de muitas pessoas uma vista deslumbrante, um oásis, algo agradável de presenciar na natureza. Porém, para a Geografia esse conceito não se limita a isso.

O primeiro livro a ser analisado sobre a discussão do conceito de paisagem no ensino fundamental foi o (Expedições Geográficas) pra ser mais preciso, livro didático do 6º ano, os autores Melhem Adas e Sergio Adas produziram um trabalho voltado para essa temática.

Com o livro Expedições geográficas eles discutem o conceito de paisagem sob uma linguagem de simples compreensão. Inicialmente utilizam o conceito de paisagem de Milton Santos, em que a 'paisagem é aquilo que a nossa visão alcança, tudo o que está presente no espaço, não a penas a natureza, mas também os elementos criados pelo ser humano'. Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca (SANTOS, 1988).

Neste conceito é feita uma abordagem de junção dos elementos que compõem a paisagem, criando assim uma conclusão de que não é apenas algo agradável de ser contemplar e nem tão pouco apenas o que é produzido pela natureza.

Algo que deve ser apresentado aos alunos com relação à paisagem, ela não é estática, ou seja, sofre alterações tanto naturais quanto antrópicas, isso depende das ações da natureza e sua localização no espaço geográfico. Quanto às mudanças antrópicas depende dos interesses humanos, se é viável dentro de cada contexto, como na mudança do formato de uma montanha para implantação de infraestrutura de uma rodovia e/ou ferrovia, ou até mesmo a mudança do curso de um rio. São situações que podem ocorrer mudanças na paisagem do ponto de vista da percepção visual do sujeito.

Outro livro didático do 6º ano analisado foi do autor Igor Moreira, (Construindo o espaço humano). O autor trabalha paisagem na perspectiva das formas, onde destaca a percepção visual do que contemplamos como as terras e as águas apresentam suas formas e o que significam para a vida das pessoas (MOREIRA, 2002). A concepção trabalhada pode ser um recurso a ser discutido no trabalho de campo, como forma de perceber a representação dos aspectos necessários para a compreensão de mundo e o modo como vemos o espaço geográfico com suas múltiplas dinâmicas paisagísticas.

A leitura da paisagem é uma proposta a ser trabalhada na aula de campo, onde será abordado sobre as paisagens naturais e antrópicas que compõem o espaço geográfico.

3.3 PAISAGENS NATURAIS E ANTRÓPICAS

A paisagem natural poder ser percebida como aquela que não sofreu interferência/transformação humana, apresentando suas características naturais no espaço geográfico. A figura 3 mostra um local em que não sofreu alterações da convivência humana, apresentando características de preservação às margens do rio Itacaiúnas. Na figura 4 temos outro exemplo de uma paisagem natural que não se percebe a presença de elementos resultantes de ação humana, mas uma paisagem natural.

Figura 3 Paisagens com aspectos naturais as margens do rio Itacaiúnas - Marabá/PA



Fonte: Pesquisa direta (foto capturada em julho de 2017)

Figura 4 Paisagem com aspectos naturais entardecer no rio Tocantins - Marabá/PA



Fonte: Pesquisa direta (foto capturada em julho de 2017)

As paisagens culturais ou antrópicas estão diretamente relacionadas àquelas que sofreram interferência humana, são espaços modificados que tiveram suas características naturais alteradas. A figura 5 mostra uma paisagem do espaço urbano com atividades humanas bem contudentes.

Figura 5 Paisagem cultural/antrópica no núcleo urbano bairro Novo Horizonte – Marabá/PA



Fonte: Pesquisa direta (foto capturada em maio de 2016)

Na figura 6 temos uma paisagem modificada, onde há uma relação entre a paisagem natural e a paisagem antrópica, percebe-se a modificação clara, a construção da ponte sobre o rio Itacaiúnas vista do Porto das Canoinhas no bairro Amapá no núcleo Cidade Nova.

Figura 6 Paisagem cultural/antrópica no Porto das Canoinhas bairro Amapá – Marabá/PA



Fonte: Pesquisa direta (foto capturada em julho de 2017)

Estas podem ser percebidas nos espaços urbanos, rodovias, pontes, entre outros elementos que modificaram o espaço a partir de ações humanas.

3.4 A PAISAGEM E O PONTO DE VISTA DO OBSERVADOR

Algo que pode influenciar na maneira como se vê a paisagem é a posição do observador, com base em (ADAS, 2015) se o observador estiver num plano horizontal ele terá uma vista diferente do que estiver num plano vertical ou oblíqua. É possível ter diferentes conclusões a partir do ponto de onde se observa a paisagem.

3.4.1 Visões horizontal, vertical e oblíqua.

Isso vai depender também do que se observa, se está em espaço aberto como uma vegetação rasteira ou em um centro urbano com prédios altos que limitam a visão do observador do plano horizontal.

A posição do observador no plano vertical ou oblíqua seria mais abrangente para o segundo exemplo, com maior alcance visual dos elementos que compõem essa paisagem urbana formada por prédios. A leitura da paisagem na aula de campo deve levar em conta todos os elementos presentes, dos mais próximos aos mais distantes, isto em relação ao observador.

Percebe-se a limitação na percepção da paisagem a contar do ponto de vista do observador, como podemos perceber nas imagens abaixo, capturadas do Google Earth do ano de 2012.

a) Visão horizontal - é a que temos quando olhamos algo de frente em um plano.

b) **Figura 7** imagem no plano horizontal do Estádio Zinho Oliveira



Fonte: Google Earth, (2012). Adaptação do Autor (2017).

As imagens 7, 8 e 9 foram obtidas através de recursos tecnológicos, Google Earth, estas imagens foram capturadas de três pontos de vista diferentes, a proposta que pode ser inserida no ensino de Geografia antes mesmo da saída pra aula de campo. Como medida de preparação e reconhecimento do ‘terreno’.

Podemos perceber nas imagens os diferentes pontos de vista da paisagem, partindo do observador. Ao observar determinada paisagem, é importante considerar sua posição em relação a ela (ADAS, 2015). Nota-se que a visão é limitada a depender do ponto de observação é possível identificarmos os elementos que a constituem sejam naturais e/ou culturais. Mesmo esta paisagem estando em ambiente antropizado é possível identificarmos elementos naturais.

3.5 A AULA DE CAMPO E O PROCESSO AVALIATIVO

O processo avaliativo é mal interpretado por muitos, alguns veem como punição e/ou cobrança, o real papel da avaliação não consiste apenas em ‘mensurar’ aprendizado. A avaliação deve ser recebida como processo facilitador da aprendizagem e aproximação do aluno com o conteúdo discutido seja conteúdo trabalhado em sala ou na aula de campo.

A avaliação não pode ser aplicada como um exame de seleção, quem “sabe mais” e quem “sabe menos”. Indagamo-nos, o processo avaliativo atual da educação básica, sobretudo de Geografia, tem trilhado caminhos apropriados que contribuem para o aprendizado eficiente? A avaliação não pode andar na contramão do aprendizado, ela faz parte de um percurso que se integra ao processo educacional sinalizando como vem sendo aproveitado o ensino.

A avaliação cumpre tanto melhor a sua função apoiadora do ensino e da aprendizagem, na medida em que é aceita de forma pacífica como elemento positivo no soerguimento da autoestima e como fiel aliada do ser humano em seu esforço de competência, capacidade, habilidade e de convivência social. Esses quatro elementos, ainda que pouco compreendidos e, em consequência, pouco ou mal utilizados, são muito importantes na identificação do nível de domínio de conhecimentos e do desempenho escolar do aluno. (BOTH, 2012 p. 38).

Nessa perspectiva o professor deve encarar as dificuldades de aprendizagem do aluno como forma de aproximação e buscar entender a problemática que envolve o aluno enquanto ser humano. Se a aprendizagem não foi satisfatória diante do processo avaliativo, cabe ao

educador buscar ajustes que contribuem para sanar ou minimizar essa problemática de forma que a aprendizagem alcance seus objetivos.

O processo de conhecimento do aluno mediado pelo professor, no qual estão envolvidos de forma independente os objetivos, os conteúdos e os métodos, concretizam o ensino de geografia (SANTOS, 2012, p. 26). A compreensão dos conteúdos é o que se busca no processo de ensino, a partir daí se dará o entendimento e subsídios para a construção de significados que estão na sua percepção, contribuindo para uma formação social consciente.

Ainda dentro da temática aula de campo e o processo avaliativo no ensino de geografia, não podemos deixar de refletir sobre o processo de avaliação da aprendizagem nesta proposta de ensino.

A clareza de concepção de avaliação na educação é aspecto fundamental para que a aprendizagem possa cumprir com conhecimento de causa a sua função primordial: levar o ser humano a perceber as condições pessoais e profissionais de que é detentor com vistas ao seu bom desempenho. (BOTH, 2012 p. 165).

A partir desta perspectiva o objetivo da avaliação não se pode sair do ‘foco’, tendo-a como ponto relevante e indispensável, a aprendizagem. O processo avaliativo não deve ser encarado pelo docente como modelo de mensuração rígida, mas um processo de mediação entre o conhecimento e o educando.

Segundo Boht (2012) ensino, aprendizagem e avaliação estão interligados, sendo uma completude. Assim sendo, quem ensina, avalia, simultaneamente, o que quer dizer que todo avaliador é, também, alguém que ensina. E se ensina e avalia, também educa e se educa, é professor e educador. Os elementos envolvidos fazem parte do produto, que é o conhecimento abstraído, não o professor como mero vetor, mas como educador e orientador de novas perspectivas.

A avaliação tem como objetivo primordial favorecer a diversidade tanto de aprendizagem e não é privilégio dos meios educacionais; ela pode existir em diferentes esferas, como:

- nos meios públicos e privados das zonas urbana e rural;
- nos lares;
- nos meios sociais;
- nos setores da economia primária, secundária e terciária.

A avaliação se faz presente no processo de tomada de decisão dos seres humanos e dos animais. O homem a utiliza de forma pensada, direcionada, objetiva, como parte do processo de melhoria das suas condições de vida, já os animais fazem uso instintivo da avaliação. (BOTH, 2012 p. 107).

A prática avaliativa se dá na maioria das instituições, sendo esse procedimento feito a partir de análise quantitativa. Mas sabemos que a avaliação deve ser concebida e praticada como forma complementar da educação, independente do seguimento ou âmbito da sociedade que tenha como objetivo a produção de conhecimento.

O currículo precisa ir além dos tradicionais conteúdos programáticos, como forma de contemplar a diversidade sócio-cultural dos alunos, ampliando o processo de inclusão, e como forma de acompanhar o movimento contraditório que se opera no âmbito da sociedade e do cotidiano das pessoas (SILVA, *et al.*, 2012). Na mesma perspectiva o processo avaliativo, não ficando apenas na mera aferição de informações abstraídas pelos educandos, mas uma forma de aproximação e complementação entre o recebimento da informação e a consolidação de conhecimentos. De modo que seja analisado o progresso de compreensão e aprendizagem bem como as dificuldades a serem superadas.

Vale destacar que falar em avaliação participativa implica em falar em processo pedagógico participativo, no qual o professor expõe sua proposta de trabalho (objetivos, metodologia, técnicas e avaliação), predispõe-se a discuti-la, ouvir e acatar sugestões que contribuam para tornar as atividades pedagógicas mais significativas e dinâmicas, atendendo ao mesmo tempo à ementa da disciplina e aos interesses e expectativas do coletivo de aluno. (SILVA, *et al.*, 2012, p. 100).

Outro fator a ser considerado no processo avaliativo é o diagnóstico das dificuldades/deficiências e identificação do desenvolvimento da aprendizagem. A avaliação deve estar pautada numa proposta participativa, despertando interesse na busca pelo conhecimento e sujeito participe das atividades na formação de novos conceitos e significados. O contrário do que é concebida de forma destorcida, a avaliação celetista.

A prática avaliativa em nossas escolas está fundamentada na função **classificação**, na qual, em geral, avalia-se principalmente o aspecto cognitivo. O afetivo e o psicomotor raramente são considerados. O propósito dessa função é classificar os alunos no final do semestre ou do ano, de acordo com o nível de aproveitamento. (STEFANELLO, 2012, p. 155, grifo da autora).

São critérios a serem utilizados em procedimentos avaliativos na educação básica; descrever, explicar, observar, comparar e representar, são tópicos contribuintes na proposta de ensino aprendizagem. A mediação do professor deve estar presente na instigação e na relação da necessidade de pesquisar temas voltados ao assunto proposto nas aulas de Geografia.

No processo de ruptura com os velhos hábitos da escola, os alunos devem passar a ser vistos como entendedores do processo. É importante que sejam participantes na construção do modelo, ou seja, conscientes do modelo que estão vivenciando. Não importa o que esteja sendo ensinado, o professor não pode utilizar como ferramenta

disciplinar critério de avaliação, mas sim priorizar o aprendizado. Então, não podemos pensar que o aluno “tirar” zero (0) é porque não aprendeu nada, ou seja, por que não agregou conhecimento do assunto. (LOPES, 2012, p. 90).

Na educação devemos mudar essa forma de propor a avaliação, tendo-a como um processo de aproximação e mediação na busca de aquisição de conhecimentos que são produzidos no ambiente escolar, não desconsiderando os conhecimentos adquiridos na vivência do dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia da aula de campo no ensino de Geografia pode contribuir de forma substancial no processo de ensino aprendizagem, percebendo as constantes transformações da paisagem como resultado das múltiplas relações humanas. Dessa forma o trabalho enriquece e valoriza o processo de ensino, saindo daquele espaço quadrado onde se aborda temas “distantes”, muitas vezes está próximo de sua realidade no seu espaço vivido, não podendo desconsiderar os conhecimentos da vivência do cotidiano dos alunos.

Não é objetivo desmerecer o ensino tradicional, mas, dá ênfase ao ensino na correlação teoria e prática na caminhada para a construção de conhecimento, elementos que se complementam nos trilhos do conhecimento da vida escolar.

Instigar o aluno a se inserir nas discussões e produzir novos conhecimentos com base em conceitos da Geografia como a Paisagem visando à compreensão da espacialização dos fenômenos geográficos com as ações humanas. Com a aula de campo poderá ser alcançado resultados satisfatórios e permitir que o aluno tenha um acesso direto com a materialidade das informações concebendo conhecimentos que poderão lhe auxiliar na sua vida pessoal e por toda a vida.

Com o uso de conceitos como lugar e localização se torna uma proposta facilitadora de perceber o espaço geográfico e sua localização no espaço geográfico e na discussão da relação entre os valores sociais bem como as ações humanas sobre a paisagem. Dentro dessa proposta, após a aula de campo se faz necessário retomar em sala convencional o assunto abordado, como forma de avaliação do aprendizado.

A discussão do conceito de lugar associando ao sentimento de pertencimento a determinado espaço e sua localização que faz parte da leitura da paisagem bem como assunto inserido dentro da aula de campo.

A relação de aproximação e interação professor/aluno se intensifica, contribuindo para melhor qualidade do ensino/aprendizagem. Sabe-se quão grande e desafiador é superar o modelo tradicional de ensino e avaliação. Mas cabe a cada professor trabalhar o processo de ensino e avaliação em caráter participativo dos conhecimentos socialmente construídos, devendo está inserido no projeto pedagógico da escola e com participação de todos os sujeitos do âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. Expedições geográficas / Melhem Adas, Sergio Adas. – 2. Ed. – São Paulo: Moderna, 2015.

ANSELMO, J. S.; AIRES, I. C. S.; LIMA, R. A. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE BIOLOGIA EM UMA ESCOLA PRIVADA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO.** Educação no Embate Moderno x Pós-Moderno 2013. Disponível http://www.semanaeduca.unir.br/2013/noticias_arquivos/11858_anais_semana_educ_2013.pdf Acesso em: 15/11/2016.

ALENTEJANO, P. R. R. & ROCHA-LEÃO, O. M. TRABALHO DE CAMPO: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL PARA OS GEÓGRAFOS OU UM INSTRUMENTO BANALIZADO? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, Nº 84, P. 51-67, 2006.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: Um esboço metodológico. *Revista IGEO/USP*, São Paulo: USP, N. 13, 1971. Caderno de Ciências da terra.

BISPO, Cláudia Luiz de Souza; MENDES, Estevane de Paula Pontes. RURAL/URBANO E CAMPO/CIDADE: CARACTERÍSTICAS E DIFERENCIAÇÕES EM DEBATE. XXI Encontro Nacional De Geografia Agrária. Uberlândia – MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

BOTH, I. J. **Avaliação:** “voz da consciência” da aprendizagem. Ivo José Both. – Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Avaliação Educacional).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia / Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/ SEF, 1998. (156 p.).

BRASIL, Lei de Diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CALLAI, HELENA COPETTI, **A Geografia e a escola:** muda a geografia? Muda o ensino? *Revista Terra Livre* – São Paulo-SP – n. 16 p. 133-152. 2001.

CARVALHO, B. C; DOS SANTOS, A. H. B; OLIVEIRA, D. de. TRABALHO DE CAMPO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA. Eixo Temático:

Educação e Ensino da Geografia – Novos e tradicionais recursos didáticos. FFLCH – USP. (2008).

CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geomorfologia. Editora Edigard Blücher, São Paulo, 1980.

COMPIANI, M. e CARNEIRO, C. D. R. Investigaciones y experiências educativas: Os papeis didáticos das excursões geológicas. *Ensenanza de las Ciências de la Tierra*, p. 90-97, 1993.

CUNHA, S. B. **A questão ambiental: Canais fluviais e a questão ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FALCÃO, W. S; PEREIRA, T. B. A aula de campo na formação crítico/cidadão do aluno: uma alternativa para o ensino de Geografia. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. PORTO ALEGRE, RS (2009).

FRANCISCHETT, M. N. A Cartografia Escolar Critica. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. I, p. 01-14, 2008.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico e Geomorfológico**. 8a ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MOREIRA, I. **Construindo o espaço humano**. 4ª Ed. - Editora Ática, SÃO PAULO – SP, 2002.

KAISER, B. **O Geógrafo e a pesquisa de campo**. BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, SÃO PAULO, nº 84, p. 93-104, 2006.

KRÖKER, R; MOLETTA I. M; NUCCI. J C; CARTA DE HEMEROBIA DE UMA AREA DE EXTRAÇÃO DE AREIA NO BAIRRO DO UMBARÁ, CURITIBA/PR/BRASIL. Anais do XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – 05 a 09 de setembro de 2005 – USP.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 1993.

LISBOA, S.S. **A IMPORTÂNCIA DOS CONCEITOS DA GEOGRAFIA PARA A APRENDIZAGEM DE CONTEÚDOS GEOGRÁFICOS ESCOLARES**. Universidade

Federal de Viçosa, Campus Universitário – Viçosa – MG 2007. Revista Ponto de Vista – Vol.4.

LOPES, J. S. F. **Professor-Pesquisador em Educação Geográfica**. Jaime Sergio Frajuca Lopes. - Curitiba: InterSaberes, 2012. – (Coleção Metodológica do Ensino de História e Geografia; v. 4).

LOURENÇO. I. B; VERÓL, A. P; MIGUEZ, M. G; BRITTO, A. L. N. DE P. **Rios urbanos e Paisagens Multifuncionais**: Estudo de caso – Rio Dona Eugênia. Paisagem e Ambiente: ensaios - N. 36 - SÃO PAULO - P. 91 - 115 – 20.

MALTCHIK, L. Ecologia de rios intermitentes tropicais. In: **Perspectivas da limnologia no Brasil**. Ed. POMPÊO, M. L. M. São Luiz: Gráfica e Editora União, 1999.

MARTINEZ, A.; LEME, R. C.. **O trabalho de campo como metodologia de Ensino de Geografia**: o estudo de caso da Vila Malvina - Guaíra/PR. In: Márcia Maria da Silva.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geoecologia das paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

SALES V. C. **Geografia, sistemas e análise ambiental**: abordagem crítica, **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 16, p. 125 - 141, 2004.

SANTOS, R. M. R. dos.; **O ensino de Geografia e suas linguagens** / Rosane Maria Rudnick dos Santos, Sandra Mara Lopes de Sousa. – Curitiba: *InterSaberes*, 2012. – (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia, v. 8).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

SERPA, A. **O Trabalho de campo em Geografia: Uma abordagem teórico-metodológica**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 07-24, 2006.

SILVA, S. da; BEZERRA, M. C. dos S; FERRANTE, V. L. S. B; A AVALIAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: MODELOS EM CONFLITO. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA,

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5 2875.

SILVEIRA B., ARAÚJO R. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM E A AULA DE CAMPO NA PRAÇA DO FERREIRA – FORTALEZA – EARÁ. Geosaberes, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 61 - 71, jan./ jul. 2013.

SOUSA, O. S.; CHIAPETTI, R. J. N. O TRABALHO DE CAMPO COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO EM GEOGRAFIA. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 3, n. 4, p. 3-22, jan./jun. 2012.

STEFANELLO, A. C. **Didática e Avaliação da Aprendizagem no Ensino de Geografia.** Ana Clarissa Stefanello. – Curitiba: InterSaberes, 2012. – (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia; v. 2).

VICENTE, L. E.; PEREZ FILHO A. Abordagem sistêmica e Geografia, **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 323-344, 2003.

VITTE, A. C. O Desenvolvimento do conceito de paisagem e sua inserção na geografia física. In: Revista Mercator, n. 11, 2007, p.71-78.

VITTE, A. C; FILHO, R. V. L. A Utilização de técnicas morfométricas do relevo aplicadas na determinação da fragilidade ambiental: O caso da bacia do Córrego Proença, Município de Campinas (SP). Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

Sites e Blogs:

<http://rede.novaescolaclub.org.br/planos-de-aula/observacao-e-representacao-da-paisagem>

<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/orientacao-pelos-astros-estrelas.htm> Acesso em 04/06/2017

<http://www.geografia7.com/rosa-dos-ventos.html> Acesso em 04/06/2017

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/a-distribuicao-dos-recursos-hidricos-no-planeta-e-no-brasil/60256> acesso em 20/06/2017.

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/tipos-rios.htm> acesso em 20/06/2017

ANEXO A – Proposta de Plano de Aula de campo

Nível de Ensino: 6º Ano do Ensino Fundamental

1 Identificação

- 1.1 Professor: Diego Costa
- 1.2. Série: Sexto ano do Ensino Fundamental
- 1.3. Disciplina: Geografia (Hidrografia)
- 1.4. Data: 10 de junho de 2017

2. Temática da Aula – Analisando a hidrografia do perímetro urbano de Marabá, encontramos dois principais rios, os rios Tocantins e o Itacaiúnas. Estes rios fazem parte da paisagem única da cidade, desempenham papel muito importante para as populações locais e adjacentes, como: lazer, obtenção de água, alimento e transporte fluvial. O nosso atual modelo de desenvolvimento tem contribuído para o aumento da degradação ambiental e modificação da paisagem dos nossos rios. Sabe-se que os recursos hídricos potáveis são limitados e esgotáveis.

3. Objetivos

- 3.1 Reconhecer a hierarquia fluvial;
- 3.2 Conhecer as características dos rios, perenes ou temporários; rios de planalto ou de planície;
- 3.3 Justificar a importância dos rios, quanto ao transporte fluvial, sobre não poluir os recursos hídricos, o abastecimento das populações urbanas e a questão turística de lazer nos balneários fluviais.

4. Metodologia:

A metodologia aplicada inicialmente será aula dialogada sobre o conceito de paisagem em sala e posteriormente a discussão será extraclasse com a visualização da paisagem, ou seja, a aula de campo onde será relacionada a teoria com a prática.

No segundo momento será rerepresentado o tema em sala de aula para analisarmos o grau de informação adquirida e sanar dúvidas na intenção de agregar conhecimentos ao processo de ensino aprendizagem.

Será feito o uso do livro didático do 6º ano do ensino fundamental, com o assunto Hidrografia, com base no livro dos autores Melhem Adas e Sergio Adas, (Expedições geográficas, p. 158-167). A partir do assunto hidrografia será feita uma relação com a paisagem local da aula de campo.

5. Sugestão de Atividades

- 5.2 Quanto ao processo avaliativo, será solicitado que os alunos elaborem em grupos, um relatório, inclusive com colagens, com base na análise da paisagem encontrada em campo e relacionando com reflexões teóricas feitas em sala, posteriormente os alunos irão apresentar seus trabalhos.
- 5.1 Aplicações de questões para a construção conceitual com mediação do professor.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Expedições geográficas** / Melhem Adas, Sergio Adas. – 2. Ed. – São Paulo: Moderna, 2015.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia**. Editora Edigard Blücher, São Paulo, 1980.

CUNHA, S. B. **A questão ambiental: Canais fluviais e a questão ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico e Geomorfológico**. 8a ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

LOURENÇO, I. B; VERÓL, A. P; MIGUEZ, M. G; BRITTO, A. L. N. DE P. **Rios urbanos e Paisagens Multifuncionais: Estudo De Caso – Rio Dona Eugênia**. PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS - N. 36 - SÃO PAULO - P. 91 - 115 – 20.

VITTE, A. C; FILHO, R. V. L. **A Utilização de técnicas morfométricas do relevo aplicadas na determinação da fragilidade ambiental: O caso da bacia do Córrego Proença, Município de Campinas (SP)**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.